

Nota para os beneficiários de projetos POCTEP aprovados e os controladores de primeiro nível sobre as medidas excepcionais em consequência da COVID-19

13/07/2020

A. Condições excepcionais de elegibilidade das despesas

As restrições de mobilidade provocadas pelas medidas adotadas para fazer face à epidemia do coronavírus deram lugar à anulação de reuniões e eventos organizados, à adaptação dos sistemas de trabalho, à necessidade de prorrogação dos projetos, etc.

Para se dar resposta à elegibilidade das despesas incorridas por estas situações, e na medida em que as regras de elegibilidade atualmente aprovadas não registam esta casuística, o **Comité de Acompanhamento** do Programa aprovou, por procedimento de consulta escrita que finalizou em 13 de julho de 2020, a seguinte **regra excepcional de elegibilidade**:

A.1 Despesas vinculadas à anulação de reuniões ou eventos

- a) Despesas incluídas nas **categorias "3. Deslocação e alojamento " e "4. Peritos e serviços externos"**:

Qualquer despesa efetuada nestas categorias que tenha sido afetada por uma anulação será elegível desde que:

1. **As despesas não sejam reembolsáveis.** Neste sentido, o beneficiário deverá reclamar qualquer quantia ou compensação a que possa ter direito, quer através da cobertura de um seguro, quer de qualquer outra fonte que compense as despesas de um evento cancelado. Os montantes recuperados serão deduzidos das despesas elegíveis. A entidade deverá proporcionar um certificado ou comprovativo de não reembolso emitido pelo fornecedor, onde se indique que as despesas não foram recuperadas, quer em parte, quer na sua totalidade.
2. **Seja proporcionado um comprovativo** da anulação da viagem ou evento, podendo-se tratar de um documento que determine as causas de anulação da viagem ou evento, a comunicação de anulação por parte do organizador, o documento oficial que inclua as restrições de mobilidade, ou qualquer outro documento que demonstre a impossibilidade de deslocação ou de realização de um evento em consequência da situação epidemiológica.

3. Se tenha incorrido despesas não reembolsáveis antes de 13 de março de 2020, e sempre antes do cancelamento do evento, reunião ou viagem.

O beneficiário deverá incluir na aplicação **Coopera 2020**:

- Informação sobre o cancelamento das atividades;
- a prova de que o beneficiário não pôde recuperar o montante pago, ou só o conseguiu parcialmente, incluindo o certificado de não reembolso emitido pelo fornecedor;
- documentos de execução e pagamento da despesa (reservas, bilhetes de avião, faturas, documento de pagamento, etc.).

B. Verificações administrativas e no terreno

Devido às restrições de mobilidade provocadas pelas medidas adotadas para fazer face à epidemia do coronavírus, as verificações no terreno não se puderam levar a cabo durante o estado de emergência. Apesar desta situação, os verificadores deverão, no entanto, continuar com as verificações administrativas.

Tendo em conta que todos os projetos da 1ª convocatória com data de finalização entre março e novembro de 2020 poderão ser prorrogados de forma automática, estas verificações poderão ser efetuadas durante o período de execução do projeto.

Os projetos que não puderam efetuar as visitas no local antes da finalização do projeto, poderão efetuá-las **posteriormente**, tendo como data-limite a apresentação das contas anuais em que se tenha incluído a última certificação de operação do projeto.

C. Prorrogações

Tendo em conta os últimos acontecimentos relacionados com o estado de emergência decretado em Espanha e Portugal por causa da crise sanitária do coronavírus, cujo forte impacto na sociedade está a impedir a normal e correta execução dos projetos em curso, o Comité de Gestão, através de um procedimento de consulta escrita concluída em 21/04/2020, decidiu conceder aos projetos a possibilidade de ampliarem a data de finalização dos projetos aprovados nos seguintes termos:

- a ampliação automática **até 31/12/2020** dos projetos da **1ª Convocatória** cuja atual data de finalização está compreendida entre os meses de março e novembro de 2020, inclusive
- a ampliação **pelo período de duração do estado de alarme e emergência em Espanha e Portugal** dos restantes projetos da **1ª Convocatória** e dos projetos da **2ª e 3ª Convocatória**.

Assim que se decretar o fim dos estados de alarma e emergência, a AG avaliará, em conjunto com as UC, a situação dos projetos tendo em conta a legislação da Comissão Europeia aplicável e determinará uma data de finalização em função da casuística específica de cada projeto e respeitando o cumprimento das autorizações orçamentais concedidas ao Programa no âmbito da regra N+3.

D. Despesas, validações e certificações de operação

Durante o período de restrição de mobilidade, as Unidades de Coordenação, as Autoridades Nacionais e o Secretariado Conjunta continuam a trabalhar ativamente através dos meios digitais disponíveis, sendo uma das suas prioridades a tramitação de certificações de operação, para que os beneficiários possam receber a correspondente ajuda FEDER com a máxima urgência possível.

Neste sentido, instam-se os beneficiários a continuarem a gravar despesas na aplicação Coopera 2020 de forma contínua, e a apresentarem validações e certificações de operação em conformidade com as regras estabelecidas do Programa.